*Artigo

RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM TEMPOS DE CRISE

Nestes últimos anos até os dias atuais, vivenciamos uma crise na economia que tem influenciado a vida de todos, especialmente pelo fechamento de um grande número de empresas, que preferem 'fechar as portas' ao invés de buscar mecanismos para recuperação. Mas existe saída?

Até julho deste ano foram 1.098 recuperações judiciais requeridas, no entanto, no universo de 191 mil empresas que 'fecham as portas', é ínfimo as que buscam medidas de superação.

Os grandes fatores para esse crescimento são claros: recessão econômica, queda da demanda, juros elevados e aumento da dívida das empresas, bem como, comerciais diversos, pessoais ou de gestão e todos somados.

Por outro lado é certo que, a extinção da empresa e de uma atividade econômica viável traz prejuízos sociais e econômicos relevantes: interesse dos empregados, da comunidade, do fisco, dos consumidores etc. Portanto, interessa ao mercado que as empresas viáveis superem suas crises.

É nesse momento que o Estado deve intervir criando um ambiente propício de negociação para que se encontre solução de superação da crise em prol da permanência da atividade econômica, preservação dos postos de trabalho e manutenção de todos os benefícios sociais decorrentes da atividade empresarial.

Essa é a função e a utilidade da recuperação judicial, conforme prevê o art. 47 da Lei 11101/05, o objetivo da recuperação judicial é "viabilizar a superação da situação da crise econômico-financeira do devedor...".

No entanto, é importante ressaltar que há requisitos limitadores para esta medida. Primeiro, exercer a atividade regularmente há mais de 02 anos e cumulativamente (art. 48,) não pode o devedor:

• ser falido;

• ter obtido concessão de recuperação judicial nos últimos 5 anos;

• ter sido condenado anteriormente por crimes falimentares (fraude a credores, violação de sigilo empresarial, divulgação de informações falsas, entre outros).

Assim, a grande dúvida do empresário está na viabilidade da Recuperação (?).

Há benefícios? Sim. Evitar a falência, suspensão imediata de todas as ações e execuções em curso, inclusive com a inexigibilidade das dívidas futuras. A empresa ganha um fôlego e tem 06 meses para apresentar um Plano de Recuperação para pagamento de seu passivo, que sendo aprovado pela Assembleia de Credores, permitirá uma moratória e pagamento pelos anos subsequentes.

Em segundo lugar, é possível o pagamento do passivo com deságio que varia de 20% a 70%, conforme negociação em assembleia com credores. Ou seja, a empresa paga de forma diluída e com deságio.

De outro lado, o grande risco do processo de Recuperação Judicial é a falta de consenso na aprovação do Plano de Recuperação, o que importa na decretação automática da falência.

De forma geral, este instituto tem atingido a finalidade precípua de preservação da empresa, de que está imbuída a lei 11.101/05, com ganhos para toda a sociedade.

Em breves palavras, a recuperação judicial se apresenta como uma das alternativas finais para a reestruturação da dívida e operação da empresa em crise; Por óbvio que, necessita de cautela e uma Assessoramento Jurídico experiente.

Wilker Christi Corrêa
Advogado e Administrador Judicial

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Marabés • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1.5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Destaque em todo o Estado

A viagem da estudante Deborah Diogo Guedes, que é ex-aluna da Escola Estadual Alfredo José da Silva, de Barra do Bugres, e da professora Laura Amorim, contada pelo DS, foi destaque também em todo o Estado. Ambas foram recebidas no gabinete do secretário Marco Marrafon, oportunidade em que agradeceram pessoalmente o apoio da Seduc-MT para que esse sonho se tornasse realidade. Elas estiveram no Peru, representando o Mato Grosso e o Brasil, na 9ª Mostra Científica Latino-americana. Há dois anos Deborah e o colega de classe, Davi Bezerra de Araújo, desenvolveram um aplicativo de celular para mapear o desperdício da merenda escolar. A partir de então eles já estiveram em feiras de ciências realizadas em três capitais brasileiras para falar sobre o projeto. O sonho cresceu com o credenciamento da dupla para participar da feira peruana e o apoio da Secretaria de Educação foi crucial neste processo, segundo a estudante. No Peru, o trabalho científico de Mato Grosso ficou em 2º lugar e foi classificado para uma feira de ciências que será realizada em Nova York, nos Estados Unidos, em 2017.

Inspiração

O diretor da Escola Alfredo José da Silva, Marcos Maffei, que também participou do encontro em Cuiabá, fez questão de destacar que a conquista desse sonho é de todos os alunos e serve de inspiração e exemplo para toda a escola. Ele contou que juntou os estudantes e professores para recepcionar Deborah e Laura no aeroporto e, em seguida, ir até a Seduc para agradecer a equipe.

Projetos de Inovação

Durante o encontro, o secretário de educação Marco Marrafon também anunciou que até 2018 a Seduc tem o compromisso de apoiar novas iniciativas e projetos de inovação. Já está em andamento a implantação de pelo menos 15 projetos que contemplarão, por exemplo, o ensino digital, a musicalização nas escolas e unidades escolares sustentáveis, a partir de fevereiro do ano que vem.

Prevenção

O Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCanMT), com a parceria do Sicredi Centro Norte, atenderá os municípios do norte do estado com exames preventivos gratuitos de câncer de colo de útero, boca, próstata, mama e pele. Os municípios atendidos serão: Juruena (20 de setembro), Castanheira (21), Juína (22), Porto dos Gaúchos (23), Cerejal, Água Prata e São Bento (24) e Brasnorte (dia 25).

Umidade do ar

A Defesa Civil estadual emitiu nesta semana um alerta para os riscos causados pela baixa umidade do ar comum nesta época do ano. Segundo o Instituto de Meteorologia, a umidade relativa do ar deve variar entre 12% e 20% no próximos dias em regiões do estado. Os índices enquadram o estado na classificação de alerta, situação que é prejudicial para a saúde. Em Tangará da Serra, nesta quarta, a umidade chegou a 38%.

*Bastidores da Política

Pesquisa DS

Em razão de diversos comentários nas redes sociais, gostaríamos de esclarecer que o Diário da Serra registrou uma pesquisa eleitoral para prefeito e vereador em Tangará da Serra. A mesma foi registrada no último dia 11, sob o número 01791/2016. Informamos ainda que a coleta de dados finalizou na tarde de ontem e que agora estão sendo formatados. Tão logo tivermos esses números, o resultado será divulgado.

Sessão anulada

As sessões da Assembleia Legislativa de Mato Grosso realizadas no dia 12 de julho foram anuladas pelo legislativo. Entre os projetos votados e que agora não tem mais efeitos está o PLC nº 22/2016, que flexibiliza a distância da instalação de indústrias em relação a rios e lagos. A medida consta de ato publicado no Diário Oficial do Estado que circulou na última terça-feira, 12, e atendeu a uma decisão judicial.

Mais

Na mesma data, havia sido votado projeto que tira a obrigatoriedade de renovação anual, na Secretaria do Meio Ambiente, do Cadastro de Consumidores de Matéria-Prima de Origem Florestal (CC-Sema), para o setor madeireiro. O autor dos dois projetos é o deputado Dilmar Dal'Bosco (DEM). A anulação se deu por causa de vícios ocorridos nas sessões ordinárias e extraordinárias do dia 12 de julho.

Pronaf

A Polícia Federal investiga o suposto desvio de aproximadamente R$ 115 mil do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em Mato Grosso. Esta semana foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em Santo Antônio do Leste e Primavera do Leste. Três pessoas foram indiciadas e a Justiça Federal decretou o sequestro dos valores que teriam sido desviados.

Calamidade

O governador Pedro Taques (PSDB) afirmou que pode decretar estado de calamidade pública em Mato Grosso por causa da crise financeira. Ele participou da primeira reunião dos governadores com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, onde a crise foi o principal tema debatido.

Reclamações

Durante a reunião, os governadores reclamaram da falta de repasses da União para os estados de verbas previstas em lei, como, por exemplo, o FEX, que trata-se de um fundo para compensar as perdas de arrecadação do ICMS nas exportações de soja. Apenas referente ao FEX, Mato Grosso deveria ter recebido cerca de R$ 500 milhões.

Crise financeira

Conforme os governadores, a dificuldade para pagar os servidores, a falta de dinheiro para investimentos e a dívida com a União, que não para de aumentar, tem prejudicado os estados, deixando-os em situação crítica. Por causa disso, eles estudam tomar medidas mais rígidas para garantir os repasses.

Pedido

Taques articula com outros governadores um pedido de calamidade pública, seguindo o caminho trilhado pelo Rio de Janeiro. "Os estados do Nordeste irão fazer isso na semana que vem, irão decretar estado de calamidade pública. E os estados do Centro-Oeste tem uma reunião para discutir se faremos isso".

Taques reconhece Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado

Durante a programação da Caravana da Transformação, realizada em Peixoto de Azevedo na última semana, o governador Pedro Taques assinou o decreto (que ainda será encaminhado para publicação) reconhecendo os Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios de domínio do Estado como integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Segundo o superintendente da área na Sema, Luiz Henrique Noquelli, isso é de extrema importância para efetivar a participação da sociedade civil organizada (usuários da água) na gestão dos recursos hídricos junto dos governos estadual e municipais. "Após 20 anos da lei instituída, esse governo deu um 'plus' na gestão participativa ao contribuir com a descentralização da gestão da água". Existem 10 comitês de bacias em Mato Grosso, dois deles em fase de oficialização, nas regiões: de Primavera do Leste, Tangará da Serra, Rondonópolis, Sorriso/Sinop, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Alto Garça, Jauru, Reserva do Cabaçal.